

FIOCRUZ
125 ANOS
DE CIÊNCIA E SAÚDE PELA VIDA

Evento em homenagem aos 125 anos da Fiocruz e ao Centenário de Milton Santos

RELATO ESTENDIDO DO EVENTO

AGENDA 2030 SAÚDE E DESENVOLVIMENTO URBANO

22/05/26
Petrópolis/RJ

F981

Fundação Oswaldo Cruz. Fórum Itaboraí.

Agenda 2030: saúde e desenvolvimento urbano / Fórum Itaboraí: política, ciência e cultura na saúde. - Petrópolis: Fiocruz, 2026.

17 p.: il. Color.; 30 cm.

Inclui palestras e debates de Felix Rosenberg, Paulo Gadelha, Rômulo Paes, William Ribeiro, Luís Madeira e Roberta Silva.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Agenda 2030. 3. Política Pública. 4. Desenvolvimento Urbano. 5. Meio Ambiente e Saúde Pública. I. Fórum Itaboraí. II. Rickly, Aline Felix. III. Rosenberg, Felix. IV. Gadelha, Paulo. V. Paes, Rômulo. VI. Ribeiro, William. VII. Madeira, Luís. VIII. Silva, Roberta. IX. Título.

Ficha catalográfica elaborada por:

Mayara das Dores Alves - CRB-7233

FÓRUM ITABORAÍ: POLÍTICA, CIÊNCIA E CULTURA NA SAÚDE

Rua Visconde de Itaboraí, 188 - Valparaíso Petrópolis, RJ. CEP: 25655-031

Tel: +55 (24) 2103-2181

<https://forumitaborai.fiocruz.br/>

Email: forumitaborai@fiocruz.br

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, FIOCRUZ

Av. Brasil, 4365 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 21040-900

Tel: +55 (21) 2598-4242

<https://fiocruz.br/>

Organização: Aline Felix Rickly

Edição e Revisão: Felix Rosenberg

Palestrantes: Felix Rosenberg, Luís Madeira, Paulo Gadelha, Roberta Silva, Rômulo Paes e William Ribeiro

Transcrições: Aline Felix Rickly, Julia de Souza Vianna Ferreira e Mayara das Dores Alves

Capa, diagramação e design: Luiz Pistone

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO,
PÁGINA 04

MESA 1,
PÁGINA 05

MESA 2,
PÁGINA 11

CONCLUSÃO,
PÁGINA 15

AGENDA SAÚDE E 2030 DESENVOLVIMENTO URBANO



Foto 01:Palácio Itaboraí, sede do Fórum Itaboraí.

INTRODUÇÃO

O Fórum Itaboraí: Política, Ciência e Cultura na Saúde/Fiocruz Petrópolis sediou no dia 22 de maio de 2026 um encontro voltado à discussão sobre a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

O evento fez parte da programação comemorativa pelos 125 anos da Fiocruz e também celebrou o centenário de nascimento do geógrafo Milton Santos. Cerca de 50 pessoas estiveram presentes no auditório do Palácio Itaboraí, entre representantes do governo municipal de Petrópolis, reitores e diretores de universidades, lideranças comunitárias e integrantes de conselhos municipais.

A proposta do encontro foi destacar as ações da Agenda 2030 desenvolvidas pela Fiocruz tanto em Petrópolis e região serrana, quanto em níveis nacionais e internacionais.

A Agenda 2030 é um plano de ação global, que reúne 18 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), orientando políticas e iniciativas voltadas à promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma equitativa e integrada até 2030. O objetivo desta agenda é incentivar a articulação entre diferentes atores, considerando as especificidades dos territórios na formulação de respostas aos desafios da desigualdade econômica e socioambiental e da sustentabilidade.

A celebração ao centenário de nascimento de Milton Santos considerou a importância do geógrafo, referência nos estudos sobre território e desigualdades socioespaciais. Milton Santos teve contribuição mundialmente destacada para a análise das relações entre espaço, sociedade e desenvolvimento, tema que dialogou com a proposta do evento.

O encontro contou com duas mesas de debate: a primeira, com o tema “Agenda 2030: do macro ao micro”, com a participação de Paulo Gadelha, coordenador da Agenda Estratégica da Fiocruz para a Agenda 2030 (EFA); Rômulo Paes, coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (CEE) e presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); e Felix Rosenberg, diretor do Fórum Itaboraí/Fiocruz Petrópolis.

A segunda mesa debateu o tema “Agenda 2030 e território”, com a participação de William Ribeiro, coordenador da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (RECIME); Luís Madeira, coordenador do Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS) da Fiocruz; e Roberta Silva, coordenadora da Central Única das Favelas (CUFA) em Petrópolis.



MESA 1: DO MACRO AO MICRO



Foto 02: Rômulo Paes, Felix Rosenberg e Paulo Gadelha.

A abertura do seminário foi realizada por Felix Rosenberg, que apresentou as principais estratégias de atuação da instituição, sediada há 15 anos no Palácio Itaboraí, em Petrópolis. A apresentação evidenciou projetos desenvolvidos nas áreas de arte e cultura, segurança alimentar e combate à fome, promoção do uso seguro de plantas medicinais, organização e fortalecimento comunitário, mudanças climáticas e fortalecimento do SUS e das políticas públicas.

O trabalho do Fórum busca integrar ciência, participação social e políticas públicas para aproximar a Agenda 2030 da realidade dos territórios e promover respostas concretas às vulnerabilidades sociais e ambientais. “Nós, de fato, promovemos a Agenda 2030 nos territórios em Petrópolis”, destaca Felix.

Em sua apresentação, o diretor do Fórum Itaboraí mostrou projetos como da Orquestra de Câmara da Fiocruz, a OCPIT, que promove a formação musical para jovens de escolas públicas de Petrópolis desde 2013; o Teatro do Oprimido, ferramenta de participação popular que visa a transformação social, por meio da arte, especialmente do teatro; a Biblioteca Livre do Fórum Itaboraí, com ações também territorializadas. Na área de segurança alimentar e nutricional, projetos como o Hortas nas Escolas, agricultura familiar e urbana, circuitos curtos e feiras populares. No componente de plantas medicinais, a atuação do Horto Escola no Palácio Itaboraí, que engloba a Trilha do Arboreto com mais de 450 plantas catalogadas.



Foto 03: Felix Rosenberg, diretor do Fórum Itaboraí.

A apresentação também contemplou os trabalhos desenvolvidos com o objetivo de fortalecer as comunidades, com aplicações de ferramentas de tecnologia social para promover o direito à cidade e a realização de eventos, como as Jornadas Ciência e Comunidade que já passaram pelas regiões do Amazonas, no Quitandinha; da Vila Rica, em Pedro do Rio; e pelo distrito da Posse. Também fizeram parte da apresentação alguns dos projetos em que o Fórum Itaboraí teve lugar de destaque como o Ará, com ações de desenvolvimento territorial e promoção da Saúde nos Quilombos Boa Esperança, em Areal, e da Tapera, em Petrópolis. Outro projeto em andamento é o de Tecnologias Sociais para melhoria do manejo das águas em unidades de produção da agricultura familiar em Petrópolis, apoiando os agricultores da região do Brejal. O Fórum Itaboraí também integra o comitê gestor do projeto de Desenvolvimento Urbano Integrado com enfoque na Redução de Riscos de Desastres Geo-hidrológicos – DUI-RRD, construído em parceria entre a Fiocruz e o Ministério das Cidades.

“NÓS, DE FATO, PROMOVEMOS A AGENDA 2030 NOS TERRITÓRIOS”, FELIX ROSENBERG

No campo internacional, o Fórum Itaboraí contribuiu para o fortalecimento da tecnologia social em Institutos Nacionais de Saúde, em países da América Latina e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP. Mais recentemente, geógrafos do Fórum tiveram atuação de destaque na atualização do mapa entomológico de Angola.

Após a apresentação de Felix, o coordenador da Agenda Estratégica da Fiocruz para a Agenda (EFA) 2030 e ex-presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, deu sequência ao evento, abordando os desafios enfrentados pela agenda internacional, sobretudo diante do avanço de discursos contrários ao multilateralismo e aos compromissos ambientais globais.

Segundo ele, a Agenda 2030 consolidou, pela primeira vez, dimensões sociais, econômicas e ambientais em um compromisso assumido por mais de 190 países. “O grande mote da Agenda 2030 é não deixar ninguém para trás. Isso significa olhar para aqueles que vivem situações mais vulnerabilizadas e garantir que os objetivos cheguem efetivamente aos territórios onde as pessoas vivem”, destacou.

Durante a apresentação, Gadelha ressaltou a importância da participação comunitária na construção de soluções locais, expondo o conceito de Ecologia de Saberes, onde há a troca de co-

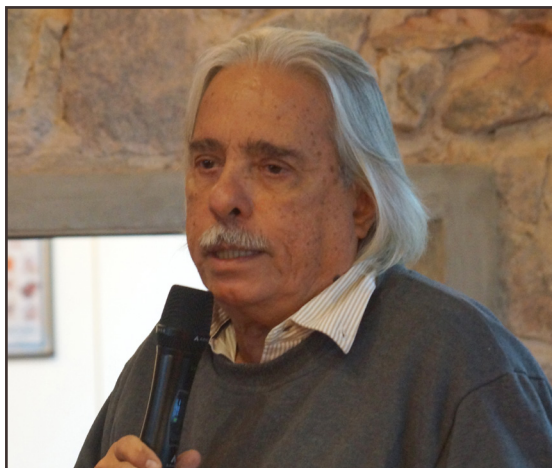


Foto 04: Paulo Gadelha, coordenador da Agenda Estratégica da Fiocruz para a Agenda (EFA) 2030.

nhcimentos. O pesquisador apresentou ainda iniciativas ligadas à vigilância climática, monitoramento ambiental e integração entre tecnologias sociais e digitais, incluindo projetos desenvolvidos na Amazônia e em regiões costeiras.

Gadelha enfatizou também que a saúde ocupa papel central no contexto da agenda, por ser simultaneamente um direito, um indicador de qualidade de vida e um instrumento para medir os avanços dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Também destacou a crescente relação entre saúde e clima, apontando que a crise climática deve ser compreendida como uma crise sanitária, especialmente diante do aumento de eventos extremos que afetam diretamente a vida das populações.

Segundo ele, a construção de soluções passa pela integração entre ciência, inovação, tecnologias sociais, saberes tradicionais e políticas públicas, reforçando a importância de instituições como a Fiocruz na produção de conhecimento e no apoio à implementação da Agenda 2030 no Brasil.

“A CRISE CLIMÁTICA É BASICAMENTE UMA CRISE SANITÁRIA”, PAULO GADELHA

Ao abordar as iniciativas que vêm sendo desenvolvidas pela Fiocruz para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, Paulo Gadelha destacou a criação de estruturas voltadas ao monitoramento ambiental e à produção de informações estratégicas para a tomada de decisões em saúde pública.

Entre elas, está a implantação de unidades de monitoramento na Amazônia, capazes de avaliar os efeitos da poluição atmosférica na saúde da população, assim como a criação do Centro de Clima e Saúde em Rondônia, área que também é afetada por eventos extremos, como secas, queimadas e inundações. O Centro será uma grande referência para a Amazônia Ocidental e também para o conjunto da região amazônica nacional e internacional, segundo Gadelha.

Em sua fala, o pesquisador também destacou a participação da Fiocruz na Comissão Nacional para os ODS. Ele lembrou que, com a retomada da comissão pelo governo federal, a instituição passou a integrar o grupo de órgãos permanentes responsáveis pelo apoio técnico e científico às atividades relacionadas à Agenda 2030.

Nesse contexto, Gadelha ressaltou a realização da Conferência Nacional dos ODS, que mobilizou centenas de encontros preparatórios em todo o país. Segundo ele, o processo contou com conferências municipais e estaduais, reunindo diferentes setores da sociedade na construção de propostas para o desenvolvimento sustentável.

A Fiocruz participou ativamente dessa mobilização, tanto na organização de atividades quanto na formulação de contribuições técnicas para o debate. A instituição também levou suas experiências e reflexões para a conferência nacional, apresentando iniciativas relacionadas à saúde, sustentabilidade, clima e desenvolvimento territorial.

Ao encerrar sua apresentação, Gadelha destacou a importância de refletir sobre os avanços e desafios da Agenda 2030 em um cenário marcado por profundas transformações sociais, econômicas e ambientais. Para ele, os ODS continuam sendo uma referência fundamental para avaliar o progresso dos países e orientar estratégias capazes de promover desenvolvimento com justiça social e sustentabilidade.

“O grande desafio é pensar como o país está frente ao crivo e às referências que a Agenda 2030 traz, que na verdade revelam se nós estamos, de fato, evoluindo no campo social, econômico e da sustentabilidade”, afirmou.



Foto 06: Rômulo Paes, coordenador do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da Fiocruz.

Rômulo Paes, coordenador do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da Fiocruz e presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) deu continuidade à primeira parte do evento, ressaltando que os desafios da Agenda 2030 estão diretamente relacionados à crise da cooperação internacional e ao enfraquecimento dos mecanismos de governança global.

Segundo ele, a agenda segue sendo um “imperativo moral” diante de problemas cada vez mais interligados, como mudanças climáticas, pandemias, guerras, insegurança e riscos digitais. “O desafio principal é recuperar o espírito de cooperação dos países, a vontade de trabalhar de forma conjunta para enfrentar problemas que não são de um só país ou de uma região, mas de todo o planeta”, afirmou.

Ao refletir sobre o conceito de desenvolvimento, Rômulo Paes defendeu uma visão integrada entre crescimento econômico, justiça social, preservação ambiental e fortalecimento democrático.

“SE O DESENVOLVIMENTO TRAZ RIQUEZA, O DESENVOLVIMENTO TAMBÉM TRAZ DESIGUALDADE” RÔMULO PAES

Paes segue sua fala destacando que, se o desenvolvimento traz maior longevidade para as parcelas da população, também traz uma situação de liberação de novos agentes que podem gerar pandemias. Porque, segundo ele, justamente o uso dos recursos naturais não é racional. “Se o desenvolvimento está umbilicalmente ligado ao desenvolvimento tecnológico e, portanto, às revoluções científico tecnológicas, ele também está ligado a um conjunto de efeitos colaterais, que nós podemos ter ligados a esse mesmo desenvolvimento”, acrescenta.

Para Rômulo, é preciso ter noção de um desenvolvimento que seja abrangente, que coloque no mesmo enquadramento as várias implicações que o uso dos recursos naturais vão proporcionar para a qualidade de vida de todos. “Que o processo de geração de riqueza tenha uma apropriação mais equitativa, que a condição que os países tenham de terem condições estratégicas favoráveis, sejam minérios, seja capacidade produtiva, seja a possibilidade em termos de desenvolvimento de mercado, não aprofunde as desigualdades geográficas que temos no mundo”, afirma.

O pesquisador ressalta que o primeiro relatório no atual governo sobre a Agenda 2030 refletiu muito o que chamou de período de restauração da funcionalidade das políticas públicas e do serviço público no Brasil. “Porque nós tivemos uma erosão do governo anterior, mas também no governo Temer em relação a várias políticas públicas, em relação ao próprio funcionamento do serviço público”, lamentou.

Para Paes, o que se vê nos dias atuais no Congresso, em termos de afrouxamento dos marcos regulatórios das políticas ambientais do Brasil, é uma erosão e um retrocesso em termos da capacidade de gestão ambiental.

O pesquisador também destacou o protagonismo histórico do Brasil na formulação da Agenda 2030 e avaliou que o país pode voltar a ocupar posição relevante nas próximas agendas globais, tendo tido destaque adotando voluntariamente o ODS 18, de Igualdade Étnico-Racial.



Foto 05: Auditório do Palácio Itaboraí.

MESA 1: FALAS DOS CONVIDADOS

A primeira parte do evento provocou reflexões e questionamentos do público presente sobre como atuar frente às mudanças, principalmente, relacionadas às questões climáticas e como cumprir, a partir da própria realidade, os objetivos da Agenda 2030.

Neste contexto, Darlene Roberta Ramos da Silva, presidente do Conselho Municipal de Alimentação (COMSEA), destacou a importância de fortalecer os conselhos municipais e a participação popular nesses espaços. **“Os conselhos hoje em Petrópolis estão totalmente desmobilizados, a gente não tem força política, não funcionamos [os conselhos] como órgão consultivo”**, desabafou.

Para Darlene, é preciso parar de fazer política pública pensando apenas na campanha eleitoral, e sim, propor políticas que atendam as necessidades das populações e dos territórios.

Reitora do Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto/Faculdade de Medicina de Petrópolis - UNIFASE/FMP, Maria Isabel Sá Earp destacou que as apresentações a **impactaram**, e ressaltou a responsabilidade de cada participante, a partir do conhecimento adquirido durante o evento. Ela também reforçou que é preciso pensar estratégias que gerem transformações sociais. “O tempo todo estou pensando em **como** esta cidade aqui [Petrópolis] é uma cidade emblemática, nos riscos que ela corre, na organização que ela estruturou, que não está dando conta [dos desafios], e na passividade. Acho que mais do que emblemáticos **temos** uma passividade social diante das questões que nos incomodam tanto”, comentou, questionando: “Como é que eu vou cumprir o meu papel? Como é que a gente se conduz enquanto liderança?”

A psicóloga Cristiana Corsini disse ter se sentido orgulhosa em saber que o Brasil vem registrando protagonismo na Agenda 2030 e questiona como se avança nesta pauta com relação ao debate das terras raras. Ela comentou que tanto tem se falado em ouvir mais os povos originários e que eles relatam preocupação com os perigos impostos pela cessão e negociação dessas terras.



MESA 2: AGENDA 2030 E TERRITÓRIO



Foto 07: William Ribeiro, Luís Madeira e Roberta Silva.

A segunda mesa discutiu os impactos territoriais da Agenda 2030 e o papel das cidades e redes locais na promoção de territórios sustentáveis e saudáveis. O geógrafo William Ribeiro, coordenador da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (RECIME), abordou as relações entre urbanização, desigualdade e território a partir da obra de Milton Santos. Segundo ele, a urbanização deve ser compreendida como um processo marcado por disputas, desigualdades e pela atuação das grandes corporações sobre o espaço urbano. “Pensar a partir da periferia é um pressuposto importantíssimo no legado fundamental do professor Milton Santos”, afirmou.

William também relacionou o debate urbano às políticas de saúde pública e ao planejamento territorial, ressaltando a importância de compreender as especificidades regionais e as desigualdades no acesso aos serviços essenciais. Para ele, o legado de Milton Santos permanece atual ao propor uma leitura do território baseada na cidadania e na integração entre espaço, sociedade e políticas públicas.

“PENSAR A PARTIR DA PERIFERIA É UM PRESSUPOSTO IMPORTANTÍSSIMO NO LEGADO FUNDAMENTAL DO PROFESSOR MILTON SANTOS”, WILLIAM RIBEIRO.

Ao longo da apresentação, destacou que a urbanização deve ser entendida como um processo socioespacial, resultado da interação entre fatores econômicos, sociais e políticos. Com base na obra de Milton Santos, argumentou que as desigualdades urbanas não podem ser analisadas de forma isolada, mas inseridas em uma totalidade que considera as relações entre território, sociedade e desenvolvimento.

O pesquisador também abordou a formação das cidades latino-americanas, marcada por processos de modernização incompletos e pela dependência de modelos econômicos e tecnológicos externos. Segundo ele, essa trajetória contribuiu para a consolidação de desigualdades persistentes, que se refletem tanto na organização das metrópoles quanto nas cidades médias. Nesse contexto, ressaltou a importância de produzir conhecimento a partir das realidades locais e das especificidades dos territórios.



Foto 07: William Ribeiro, coordenador da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (RECIME).

Outro ponto discutido foi o papel das grandes corporações na configuração dos espaços urbanos contemporâneos. Para William, a urbanização atual é fortemente influenciada por interesses econômicos que moldam a distribuição de serviços, infraestrutura e oportunidades, produzindo processos de fragmentação e ampliando desigualdades. Ao mesmo tempo, destacou que os territórios também são espaços de resistência, solidariedade e construção de alternativas por parte das populações locais.

Ao relacionar esses temas à Agenda 2030, o professor enfatizou a necessidade de fortalecer políticas públicas capazes de reduzir desigualdades territoriais e ampliar o acesso a direitos básicos, especialmente nas áreas de saúde, educação e mobilidade. Destacou ainda o conceito de responsabilidade territorial, que considera a capacidade das cidades de atender não apenas seus próprios habitantes, mas também populações de áreas vizinhas, que dependem de seus serviços.



Foto 08: Luís Madeira, coordenador do Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS).

Em suas considerações finais, defendeu que o planejamento urbano e regional deve estar comprometido com a cidadania e com a construção de territórios mais inclusivos. Para ele, o legado de Milton Santos permanece atual ao propor uma compreensão do espaço como dimensão fundamental da vida social e da democracia, orientando a formulação de políticas voltadas para o bem-estar coletivo e a redução das desigualdades.

Seguindo as falas expositivas, o coordenador do Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS) da Fiocruz, Luís Madeira, apresentou reflexões sobre a relação entre saúde, desenvolvimento urbano e Agenda 2030 a partir das experiências territoriais desenvolvidas pela instituição em diferentes regiões do país.

Segundo ele, a Fiocruz mantinha naquele momento [no dia do evento] mais de mil iniciativas em execução em territórios diversos, envolvendo populações urbanas, comunidades tradicionais,

povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares e moradores de favelas e periferias. Para o pesquisador, essas ações dialogam diretamente com os ODS, especialmente quando articulam saúde, participação social, promoção da cidadania e enfrentamento das desigualdades.

Ao abordar a Agenda 2030, Madeira destacou a importância de uma leitura crítica de sua implementação. Segundo ele, os objetivos globais precisam ser adaptados às realidades locais, considerando as especificidades culturais, sociais e ambientais de cada território. Nesse sentido, ressaltou que um dos principais desafios é a chamada “localização” da Agenda 2030, processo que envolve o diagnóstico das condições locais, a definição participativa de estratégias de ação e o monitoramento dos avanços alcançados.

O pesquisador também enfatizou o papel estratégico do Sistema Único de Saúde (SUS) na implementação de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Para ele, a capilaridade do sistema em todo o território nacional, associada às práticas de promoção da saúde, vigilância em saúde e atenção primária, oferece uma base importante para a construção de políticas intersetoriais comprometidas com a melhoria das condições de vida da população.

“A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS IMPLICA CONHECER A REALIDADE E AS SINGULARIDADES DE CADA TERRITÓRIO” LUÍS MADEIRA

Durante sua apresentação, abordou ainda as desigualdades socioespaciais presentes nas cidades brasileiras, destacando que fatores como moradia precária, acesso desigual à infraestrutura urbana, insegurança fundiária e exposição a riscos ambientais produzem impactos diretos sobre a saúde das populações. Segundo ele, as emergências climáticas agravam esse cenário, afetando principalmente grupos socialmente vulnerabilizados e ampliando desafios já existentes nos territórios.

Ao relacionar a discussão à obra de Milton Santos, o pesquisador ressaltou a importância de compreender o território a partir das experiências concretas das populações que nele vivem. Para ele, políticas públicas eficazes precisam considerar o chamado território usado, ou seja, os modos de vida, as relações sociais e os conhecimentos produzidos localmente, evitando soluções padronizadas que desconsiderem as singularidades de cada contexto.

Em suas considerações finais, Luís Madeira defendeu a construção de territórios sustentáveis e saudáveis por meio da articulação entre ciência, sociedade e poder público. Também destacou a importância do fortalecimento de processos participativos, da valorização dos saberes populares e tradicionais e da atuação prioritária sobre as iniquidades sociais e ambientais que afetam as populações mais vulneráveis. Ressaltou ainda que emergências climáticas, precariedade habitacional e desigualdades urbanas impactam diretamente a saúde da população, especialmente em periferias e favelas. Para o pesquisador, políticas urbanas e ações intersetoriais precisam fortalecer o SUS e considerar as singularidades de cada território.

Encerrando o debate, Roberta Silva, coordenadora da Central Única das Favelas (CUFA), compartilhou experiências a partir da própria realidade enquanto moradora da comunidade do Neylor, em Petrópolis. Ela provocou a reflexão sobre a perspectiva dos impactos da desigualdade social, da ausência de políticas públicas efetivas e do abandono das comunidades vulneráveis. Em sua fala, destacou a realidade de mães solo, jovens e moradores de favelas, defendendo que a transformação social precisa acontecer dentro das comunidades, com presença, escuta e acesso ao conhecimento. “O que a gente precisa é de olhares, de apoio, de acessibilidade e de pessoas que levem conhecimento lá para dentro”, afirmou.



Foto 09: Roberta Silva, coordenadora da Central Única das Favelas (CUFA)

Ao longo de sua participação, Roberta chamou atenção para as dificuldades enfrentadas por moradores de favelas e periferias, especialmente mulheres, que são chefes de família. Segundo ela, a falta de acesso a oportunidades educacionais, serviços públicos de qualidade e redes de apoio contribui para a reprodução de desigualdades históricas que afetam diretamente a vida das comunidades.

***“AS METAS DA AGENDA 2030 SÃO MARAVILHOSAS NO PAPEL.
NA PRÁTICA, ELAS PRECISAM CHEGAR À FAVELA” ROBERTA SILVA***

A coordenadora da CUFA destacou ainda os impactos dos processos de deslocamento provocados por tragédias socioambientais, realidade recorrente em Petrópolis. De acordo com ela, muitas famílias são transferidas para outras regiões da cidade sem que haja a reconstrução dos vínculos comunitários e das redes de apoio que sustentavam o cotidiano dos moradores. Como consequência, aumentam situações de sofrimento mental, isolamento social e vulnerabilidade, especialmente entre mulheres, jovens e idosos.

Durante sua fala, Roberta também criticou a distância entre as políticas formuladas e a realidade vivida nas comunidades. Para ela, iniciativas voltadas à redução das desigualdades precisam considerar as necessidades concretas dos territórios e garantir acesso efetivo à educação, saúde, qualificação profissional e oportunidades de desenvolvimento. “A gente não precisa de caridade. A

gente precisa de dignidade”, afirmou.

Outro tema abordado foi a importância do conhecimento como ferramenta de transformação social. A partir de sua experiência em projetos comunitários, Roberta relatou o desenvolvimento de cursos e atividades voltadas à formação de moradores de favelas, ressaltando que muitas vezes esses espaços se tornam também locais de acolhimento, escuta e fortalecimento emocional. Segundo ela, ampliar o acesso à educação e à qualificação é fundamental para enfrentar problemas como a evasão escolar, o envolvimento de jovens com o tráfico de drogas e a violência.

Ao encerrar sua participação, a coordenadora da CUFA defendeu que os objetivos propostos pela Agenda 2030 só produzirão mudanças concretas se forem acompanhados de ações permanentes nos territórios mais vulnerabilizados. Para ela, a transformação social depende da construção de oportunidades reais, do fortalecimento das comunidades e da presença efetiva de instituições, projetos e pessoas comprometidas com a promoção da dignidade e da cidadania.

CONCLUSÃO



Foto 10: Encerramento do seminário trouxe reflexões críticas sobre a Agenda 2030.

Ao reunir diferentes atores da sociedade civil, o seminário propôs uma reflexão crítica sobre a Agenda 2030, defendendo que seus objetivos não permaneçam restritos aos acordos institucionais ou ao campo discursivo, mas sejam efetivamente construídos a partir das realidades dos territórios vulnerabilizados.

A proposta é que as políticas públicas, em diferentes escalas — do plano global às ações locais — considerem as desigualdades socioespaciais, os saberes comunitários e a participação ativa das populações diretamente impactadas, em processos coletivos de escuta, planejamento e transformação social, tendo como horizonte os impactos produzidos no presente e no futuro.

Entre os desafios, destacou-se o ataque ao multilateralismo, incluindo situações afrontosas como a saída do Estados Unidos dos compromissos da Agenda 2030, as guerras e as mudanças climáticas

como fatos que impactam severamente o cumprimento dos compromissos globais por um mundo melhor.

Para Gadelha, não adianta ter grandes aspirações se a agenda e os ODS não chegarem no local onde as pessoas vivem. “E mais do que isso, fazer com que seja um processo de construção, compartilhado entre os agentes públicos, a sociedade, as populações dos territórios que ali estão, com a sua inserção social muito arraigada”, destaca.

Neste sentido, o pesquisador ressaltou que o Fórum Itaboraí é um dos núcleos de tradução dessa territorialização da Agenda 2030, onde estão em desenvolvimento os objetivos do desenvolvimento sustentável.

“AQUI É, TALVEZ, UM DOS LUGARES EXEMPLARES ONDE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVOS DA AGENDA 2030 ESTÃO SENDO DESENVOLVIDOS E ENFRENTADOS”, PAULO GADELHA

“Ele acrescenta que o pensamento acadêmico, a produção científica é fundamental, mas não consegue a plenitude do seu potencial, se não tiver uma forma compartilhada, horizontal, de produção de conhecimentos e intervenções que venham também da contribuição dos saberes tradicionais, do saber das comunidades e dos saberes dos territórios. “Porque eles são quem vivem, produzem e conhecem aquilo que é central do ponto de vista, seja das suas demandas, seja também de determinantes, que levam a essa situação de vulnerabilidade que as pessoas vivem”, disse.

O evento também provocou a reflexão sobre um olhar para o futuro a partir da Agenda 2030, considerando a construção de uma próxima agenda global de desenvolvimento sustentável, onde temas como saúde, meio ambiente, segurança e migração continuarão ocupando posição central nas discussões internacionais, exigindo dos países a retomada de mecanismos de cooperação e articulação conjunta para enfrentar desafios que ultrapassam fronteiras nacionais.

Rômulo Paes lembrou o papel de protagonismo exercido pelo Brasil na formulação da Agenda 2030, especialmente a partir da realização da Conferência Rio+20 e das experiências brasileiras relacionadas à inclusão social e às políticas ambientais, o que mostra que o país reúne condições para voltar a exercer influência na construção dos próximos compromissos globais voltados ao desenvolvimento sustentável.

Ao que tudo indica, muitos dos temas presentes na agenda atual permanecerão como prioridades nas próximas décadas, uma vez que desafios como as desigualdades sociais, as mudanças climáticas e a promoção da saúde continuam exigindo respostas estruturantes por parte da comunidade internacional.

Para Paes, o principal desafio será recuperar a capacidade de cooperação entre os países diante de problemas que afetam toda a humanidade. “O desafio principal é recuperar o espírito de cooperação dos países, é a vontade de trabalhar de forma conjunta para enfrentar problemas, que

não são de um só país, de uma só região, mas de todo o planeta”, afirmou.

Ao longo do seminário, ficou evidente que a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável depende não apenas de compromissos firmados em instâncias internacionais, mas também da capacidade de traduzir esses princípios em ações concretas nos territórios.

Nesse sentido, as reflexões apresentadas reforçaram a importância da participação social, da valorização dos saberes locais, da produção compartilhada de conhecimento e da cooperação entre instituições, governos e comunidades para a construção de um futuro mais justo, sustentável e inclusivo.

“TRATA-SE DE ENFRENTAR PROBLEMAS QUE NÃO SÃO DE UM SÓ PAÍS, DE UMA SÓ REGIÃO, MAS DE TODO O PLANETA” RÔMULO PAES

A fala da Roberta provocou uma série de reflexões, entre elas a concretude da existência de favelas em Petrópolis, assunto que muitas vezes causa incômodo e, por este motivo, as áreas mais periféricas são comumente chamadas de comunidade. No seminário, um dos presentes, Milton Antônio da Silva, líder comunitário de Vila Rica, questionou se a localidade é considerada como uma favela. Roberta respondeu que sim. E Milton verbalizou: “Então eu sou um favelado!”, encerrando o evento com esta colocação.

O seminário apontou um consenso entre os participantes que a Agenda 2030 continua sendo uma ferramenta estratégica para a promoção da equidade e da sustentabilidade, mas que precisa ir além, chegar nos territórios mais vulnerabilizados. Mais do que um conjunto de metas internacionais, a agenda se apresenta como um compromisso coletivo, que precisa ser, permanentemente, atualizado e construído a partir dos territórios, das experiências locais e da participação ativa das populações.



Rua Visconde de Itaboraí, 188, Valparaíso, Petrópolis/RJ



forumitaborai.fiocruz.br



forumitaborai@fiocruz.br



(24) 2103-2181



@forumitaboraifiocruz



@forumitaborai



forumitaborai



FÓRUM ITABORAÍ:
POLÍTICA, CIÊNCIA E CULTURA NA SAÚDE

ESTRATÉGIA
FIOCRUZ
PARA AGENDA 2030



FIOCRUZ

SUS
35 ANOS

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO